



## Hungria, 1956 e o *Brexit*

1956 conduziu, não apenas a 1968 em Praga e 1980/81 em Varsóvia, mas também a 1974 em Lisboa e à evolução gradual para a democracia em Espanha no período pós-Franco - e a mudanças nas anteriores colónias destes países.

TRADUÇÃO **Leonor Barroso**

**T**enho de começar por reconhecer que me foi lançado um verdadeiro desafio ao forçar uma ligação entre os temas da Revolução Húngara e do *Brexit*. Se eu fosse naturalmente desconfiado, iria suspeitar de que estavam a pôr-me à prova para ver se eu colocava em pé de igualdade ambos os

acontecimentos como exemplos de nações na sua luta pela liberdade contra tiranias monstruosas. Não vou cair nessa armadilha. Se a Grã-Bretanha tivesse votado a favor da permanência no dia 23 de Junho, não teria sido recrutada para um Gulag, e embora a União Europeia tenha um défice democrático que a própria admite, não se trata de um império pernicioso segundo o modelo soviético. E, além disso, se os húngaros tivessem votado



POR  
**John  
O'Sullivan**

Director do Danube  
Institute, Budapeste;  
Director, Revista  
*Quadrant*, Sydney

num referendo em 1956, todos sabemos que não teriam votado para permanecer no Pacto de Varsóvia e no Comecon.

E, na realidade, votaram mesmo. Duzentos húngaros votaram com os seus pés para irem para o Ocidente e cerca de trinta mil húngaros votaram a favor da liberdade com as suas vidas. E ainda poucos dias antes aqueles mártires tinham vislumbrado a visão tentadora da Hungria livre.

De facto, se os que estão aqui hoje estivessem a ver televisão ou a ler os jornais neste [mesmo] dia em 1956, estariam prestes a começar a ter esperança de que, contra todas as probabilidades, os húngaros estavam muito perto de vencer a sua corajosa e extraordinária Revolução contra a ditadura comunista imposta pelo regime soviético no seu país sob ataque. O dia 23 de Outubro é geralmente apontado como a data do início dessa Revolução, que irrompeu num mundo surpreendido e nervoso, dividido pela Guerra Fria. Nesse dia, uma manifestação de estudantes partiu da Universidade Técnica e marchou por Budapeste em direcção ao edifício do Parlamento, angariando apoiantes de entre as pessoas que passavam à medida que avançava. De facto, aqueles estudantes tinham sido inspirados por rebeliões locais durante a semana anterior, em que alunos de várias cidades universitárias húngaras tinham dissolvido as suas associações de estudantes comunistas oficiais, estabelecido outras independentes [no seu lugar] e feito proclamações a exigir liberdades sociais e políticas e independência nacional. Em Szeged, um rapaz de doze anos, Janos Martonyi (que viria a ser o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Hungria democrática), tendo ido com o pai a uma manifestação, ouviu-o reagir à proclamação com palavras deste género: “bem, agora a gordura está boa e realmente a assar”.

De repente, sem que ninguém o previsse, pairava no ar a revolução. Aos estudantes de Budapeste que marchavam no Parlamento, juntaram-se milhares de outros húngaros no Parlamento numa manifestação cres-

cente que se tornou uma manifestação em massa. A multidão exigia um novo governo não-estalinista; cantaram-se músicas patrióticas; começaram a surgir multidões em torno dos edifícios públicos por toda a cidade. As autoridades entraram em pânico. Quando uma delegação de estudantes teve permissão para entrar no edifício na rádio estatal para comunicar as suas exigências, os seus membros foram presos. Quando a polícia secreta disparou sobre as multidões de manifestantes lá fora, um estudante foi morto. Os dados estavam lançados.

A partir daí, a revolução difundiu-se rapidamente pelo país, à medida que trabalhadores de fábricas, soldados, a polícia, e até antigos ministros comunistas se juntavam aos estudantes, formando uma coligação nacional abrangente de carácter reformista. Este grupo de revolucionários unidos lutou contra as forças do regime – especialmente a polícia secreta e as forças soviéticas que ocupavam o país, imobilizando-as. Os estudantes arremessaram cocktails Molotov aos tanques – e os estudantes ganharam. Menos de uma semana mais tarde, formou-se um novo governo que prometeu eleições livres, a dissolução da polícia secreta e a saída da Hungria do Pacto de Varsóvia. A União Soviética aceitou ainda retirar as suas tropas.

No final de Outubro, parecia que a revolução tinha sido bem-sucedida. Uma delegação soviética, que incluía Anastas Mikoyan, fechou um acordo com o governo de coligação de Imre Nagy e regressou a Moscovo.

Contudo, no dia 4 de Novembro, a União Soviética voltou a invadir o país com uma força avassaladora. Os revolucionários foram esmagados e o controlo comunista sobre o país foi restaurado na semana seguinte (ainda que uma resistência esporádica e a agitação dos trabalhadores nas fábricas tenham continuado até ao início de 1957). As estimativas do número total de húngaros que combateram pela liberdade mortos em batalha ou executados mais tarde variam, mas atingem os muitos milhares. Outro antigo Ministro dos Negócios Estrangeiros (e historiador) Geza Jeszensky estimou que 350 húngaros conhecidos tenham sido executados, incluindo o Primeiro Ministro Imre Nagy e o Ministro da Defesa Pál Maléter (o que constituiu uma violação de promessas de uma zona de segurança pelo Exército Vermelho). Muitos milhares foram também detidos, julgados e presos; [ainda] mais foram deportados para campos na União Soviética. (A maioria destes só foi liberta em 1963). E um total de 200.000 húngaros atravessaram a fronteira para o Ocidente, tornando-se

exilados permanentes e estabelecendo-se em países por todo o mundo.

Esta semana, húngaros de todo o mundo assinalam estes acontecimentos com celebrações do heroísmo dos que lutaram pela liberdade e não com lamentos pelo resultado trágico. O seu símbolo é a capa da revista *Time* com um revolucionário húngaro como Homem do Ano. Particpei num jantar de gala em Washington, organizado pelo embaixador húngaro, o Dr. Reka Szemerkenyi, presidi a uma série de eventos que assinalaram 1956, incluindo um jantar de gala em que estiveram presentes sobreviventes de '56 e uma exposição (no *foyer* do edifício Rayburn no Capitólio) que contém fotografias de notícias dos jovens revolucionários a lutar contra os tanques soviéticos. De entre os oradores na inauguração da exposição contava-se o Dr. Janos Horvath, que havia sido preso pelo regime estalinista e que foi enviado pelo governo de curta duração da Hungria livre para pedir ajuda dos Estados Unidos e da ONU para a sua luta heroica (infelizmente, sem qualquer sucesso). Só pôde regressar à Hungria depois de 1989, altura em que se tornou o deputado no Parlamento com idade mais avançada (ele que havia sido o deputado mais jovem no breve Parlamento democrático de 1945-47).

Senhor Presidente [da mesa], se nasceu sensivelmente entre 1936 e 1966, nasceu num mundo fortemente influenciado pela Revolução Húngara – mesmo que não se tenha dado inteiramente conta disso. Aqueles de entre nós que estavam vivos na altura e que estavam cientes disso, não tinham dúvidas ou reservas a respeito da Revolução. A nossa reacção foi simples porque se tratava de uma reacção a uma situação simples: pessoas boas estavam a resistir a pessoas más; os húngaros estavam a rejeitar os seus opressores; pessoas livres estavam a depor a tirania comunista; jovens estavam a lutar contra tanques.

Todos aqueles dilemas agonizantes que dominam as mentes dos progressistas modernos – qual dos dois males escolher, como navegar moralmente entre diferentes tons de cinzento – simplesmente não se colocavam.

A justiça e a liberdade estavam de um dos lados; a tirania, o homicídio e a má-fé do outro. Estas eram verdades – e verdades vitais; mas, mais do que isso, eram verdades encarnadas nos jovens de impermeáveis com cinto à moda dos anos 50, que levavam armas roubadas e traziam consigo cocktails Molotov, que corriam pelas praças sob fogo e construíam barreiras frágeis contra os tanques. E foram depois transmitidas ao

mundo em fotografias granuladas e documentários a preto e branco que parecem hoje, não apenas autênticos, mas também uma metáfora da autenticidade.

Claro que foi na própria Hungria que 1956 teve o maior impacto: pôs uma pedra sobre os pecados, loucuras, crimes e tragédias do período entre 1919 e 1956, quando a política era, na realidade, demasiadas vezes uma escolha entre males e quando muitos húngaros não tinham feito as escolhas certas.

Contudo, em 1956, quase todos os húngaros mostraram claramente estar do lado da coragem, da decência e da liberdade. A sua valentia moldou o futuro de forma positiva. Naquelas duas semanas turbulentas, [os húngaros] demonstraram que podiam ser subjugados por uma força avassaladora, mas não podiam ser permanentemente governados contra a sua vontade e contra as tradições do seu país.

Isso foi importante, pois significava que, tendo o governo da ditadura comunista sido estabelecido sobre baionetas, com o tempo, esta teria de moderar a sua tirania e seduzir ou sedar o seu povo com liberdades limitadas e doses mais generosas de *goulash*. Além disso, com o passar do tempo, os húngaros tiraram partido desses direitos limitados para iniciar o processo que levou à implosão do poder soviético e à queda do Muro de Berlim.

Mas 1956 também teve um grande impacto no resto do mundo.

Primeiro, a Revolução Húngara foi um acontecimento comparável ao pacto Nazi-Soviético. Desmistificou a reputação da União Soviética como um Estado com qualquer pretensão de ser idealista, democrático ou que ama a paz. Tornou o Ocidente mais realista na diplomacia com a União Soviética – mais cauteloso, mais prudente, menos ingénuo. Só quando a Guerra do Vietname abalou seriamente o imaginário político da Europa Ocidental nos anos 70 é que a opinião liberal se converteu à noção duvidosa da equivalência moral ocidental-soviética. 1956 tornou os governos ocidentais e a opinião pública ocidental mais realista nas suas atitudes relativamente aos soviéticos durante quase duas décadas.

Em segundo lugar, 1956 provocou alterações na Esquerda no âmbito internacional. Peter Fryer, um repórter do jornal comunista britânico "Daily Worker", demitiu-se quando o seu jornal recusou publicar os seus relatos verídicos de Budapeste. Fryer liderou um êxodo de idealistas de Esquerda do movimento comunista mundial oficial. Era óbvio para todos, incluindo marxistas-leninistas

honestos, que o partido dos trabalhadores estava a assassinar os trabalhadores. Algumas pessoas de Esquerda descobriram as virtudes do liberalismo político; outras abandonaram a fé ortodoxa e procuraram, esperançosamente, um novo marxismo não-burocrático e não-ditatorial. Em Londres, foi lançada a revista teórica “New Left Review”, que alimentou um novo tipo de marxismo, céptico relativamente a Moscovo. Foi seguida noutros países e estabeleceu os alicerces para a posterior revolução da geração de ‘68. A seu tempo, surgiu por todo o Ocidente uma Esquerda mais heterogénea e democrática. E isso foi positivo apenas em certo sentido, para não dizer pior, mas, pelo menos, privou URSS de um apoio automático da Esquerda liberal quando rebentou o derradeiro confronto da Guerra Fria na década de 80.

Em terceiro lugar, as emigrações de 1956 tiveram dois efeitos através dos exilados espalhados pelo mundo. Os próprios exilados deram ao povo húngaro um bom nome por toda a parte. Contribuíram muito para os países onde foram recebidos – como empresários, músicos, cientistas, professores, homens de negócios e, claro, como bons vizinhos. Foram verdadeiros embaixadores da Hungria nos longos anos da ditadura. E a sua simples presença – em jantares, reuniões das faculdades, discussões de conselhos de administração – constituiu uma condenação constante de quem quer que fosse que manifestasse solidariedade com o “socialismo verdadeiramente existente” no bloco soviético. Durante uma década ou mais era impossível que qualquer pessoa inteligente visse a Rússia Soviética senão como um monstruoso Leviatã tirânico que tinha a Hungria como a sua vítima mais corajosa – caso estivesse presente um húngaro.

Mesmo para muitos de nós no Ocidente, esta foi também como que uma derrota pessoal. Ao ouvirmos Imre Nagy desesperado e condenado a implorar ajuda ocidental através da BBC, sabendo que não chegaria e que o povo húngaro estava condenado a muitas décadas de governo soviético, desenvolvemos um sentido de obrigação relativamente aos húngaros de ambos os lados da Cortina de Ferro. Em particular para milhões de pessoas mais novas, 1956 teve o mesmo efeito que havia tido a Guerra Civil Espanhola para um jovem socialista na década de 30.

Budapeste, 1956 despertou o imaginário político de uma geração. Trouxe para as ruas de Lisboa muitas centenas de milhares de pessoas, especialmente jovens. E embora tenham surgido outras gerações com outros



**Durante uma década ou mais era impossível que qualquer pessoa inteligente visse a Rússia Soviética senão como um monstruoso Leviatã tirânico que tinha a Hungria como a sua vítima mais corajosa**

problemas em mente, nem todas as lições que aprendemos foram esquecidas.

Foi uma surpresa – mas apenas por um momento – quando, em 1989, o célebre *picnic* na fronteira húngara cortou o arame farpado, criou uma passagem pela Cortina de Ferro através da qual milhares de europeus do Leste fugiram para o Ocidente, e desencadeou um processo de libertação progressiva que conduziu à queda do Muro de Berlim, ao desmoronamento do comunismo e à difusão da liberdade pela Europa.

Recorrendo a T.S. Elliot, podemos afirmar que a Guerra Fria acabou, não com um estrondo, mas com um *picnic*. Todavia, tal não deveria ter sido uma surpresa sequer por um momento, pois os convites para esse *picnic* na fronteira tinham sido enviados em 1956, ainda que, infelizmente, nem todos os que foram convidados tenham podido estar presentes.

Têm sido organizados pelas embaixadas húngaras de todo o mundo comemorações como os eventos em Washington em que participei. Aqui em Portugal, a embaixadora da Hungria, Klara Breuer, em parceria com a Universidade Católica de Lisboa e o seu influente Instituto de Estudos Políticos acaba de organizar uma conferência onde se analisou a mais recente e actual relevância dos acontecimentos de 1956. Como muitos oradores assinalaram, 1956 proporcionou a oportunidade para os reformistas democratas em sociedades autoritárias como Portugal em 1956 saírem para as ruas a apoiar a revolução pela liberdade. Sendo anticomunistas e reconhecendo alguns limites ao seu poder, os regimes autoritários [destas sociedades] autorizaram de bom grado e até apoiaram as manifestações dos seus próprios estudantes a favor da luta da Hungria. Contudo, ao fazê-lo, originaram uma situação com consequências inevitáveis, trouxeram para a cena nacional os democratas que lutavam pelo poder, e começaram a minar os seus próprios sistemas. Um orador na nossa conferência desta semana contou como exilados de opiniões distintas de diferentes países começaram a encontrar-se no restaurante Gay Hussar, em Londres, durante e depois de 1956, para discutir as transformações das suas próprias ditaduras. Assim, 1956 conduziu, não apenas a 1968 em Praga e 1980/81 em Varsóvia, mas também a 1974 em Lisboa e à evolução gradual para a democracia em Espanha no período pós-Franco – e a mudanças nas anteriores colónias destes países.

Mas esta semana, enquanto discutíamos estes acontecimentos passados, 1956 voltou a arrebatá-lo subitamente a nossa atenção à medida que surgiu uma nova controvérsia internacional – e que pode ter grande importância. Ao longo da última década, a Rússia, sob a liderança do presidente Putin, levou a cabo uma propaganda contínua e bem financiada tendo em vista o enfraquecimento dos laços entre os Estados Unidos e a Europa e entre a Europa central e a Europa Ocidental. A estação televisiva RT [“Russia Today”] é o instrumento mais conhecido desta campanha, mas trata-se de uma campanha muito mais abrangente e menos transparente do que um canal de televisão oficial. Inclui subsídios e empréstimos a partidos populistas na Europa Central e de Leste (e também em França), e as suas mensagens são frequentemente transmitidas em meios de comunicação social sem qualquer ligação visível à Rússia, como nas antigas campanhas de desinformação do KGB.

Peter Pomerantsev descreveu as técnicas e a linha de pensamento desta campanha no seu brilhante livro *Nothing is True and Everything is Possible* [Nada é Verdade e Tudo é Possível] e em várias monografias do “Legatum Institute”. A mensagem geral é que as dificuldades (inevitáveis) destas novas sociedades de mercado democráticas se devem aos Estados Unidos e ao seu instrumento, a NATO – em suma, um velho anti-americanismo reciclado. E o argumento continua: o antigo conceito de Ocidente na região é, pois, uma espécie de fraude e/ou ilusão que serve para manter estes países sob o domínio de Washington e do seu capitalismo corporativo. Por isso, a invasão da Ucrânia pela Rússia é, entre outras coisas, da responsabilidade de Washington, e o resultado da expansão da NATO. Embora esta mensagem seja absurda, mostrou-se bastante atractiva – e não apenas para a Esquerda. É comum ouvir homens de negócios e políticos jovens nas capitais da Europa central queixarem-se dos pecados “do Ocidente”, como se fossem intriguistas “eslavófilos” numa corte czarista.

Contudo, enquanto os húngaros comemoravam 1956, o aparelho de propaganda russa esqueceu-se de que a sua aposta era no poder de atracção e começou a expor os seus preconceitos mais repugnantes. Isso tem acontecido bastante ultimamente. No ano passado, os governos checo e eslovaco queixaram-se ao Kremlin de que um documentário num canal de televisão russo tinha descrito de forma errónea (e absurda) a invasão soviética da Checoslováquia em 1968 como uma resposta a uma ameaça da NATO. Os tribunais russos têm multado *bloggers* que escrevem sobre os protocolos secretos do pacto Nazi-Soviético, fazendo soar o alarme entre os polacos e os estados Bálticos. Há dois anos, Moscovo aprovou uma lei no sentido de estabelecer que, oficialmente, os protocolos secretos não aconteceram e, por isso, escrever sobre eles é mentir e causar prejuízo ao Estado. O próprio Putin defendeu o pacto diante da chanceler alemã Angela Merkel (que se sentiu obrigada a hesitar diplomaticamente) numa conferência de imprensa conjunta no ano passado. Tudo isto traz à recordação o passado recente soviético quando a História era uma série de ficções oficiais, mas a maioria do tempo isto acontece sob o radar do jornalismo ocidental e do interesse diplomático.

Todavia, nesta ocasião, a rádio estatal russa descreveu a revolução húngara como um “pogrom” no preciso momento em que

os húngaros choravam os heróis que haviam perdido (e, na maioria dos casos, os seus pais, mães, irmãos, irmãs, tios e tias). Todos em Budapeste sentiram repugnância em relação a esta atribuição difamatória de anti-semitismo aos revolucionários, pois tinha sido uma difamação dos homens recentemente assassinados por parte do Kremlin e dos seus colaboradores húngaros de então. As estações de emissão russas utilizaram também uma mentira moderna – que 1956 foi a primeira das famosas Revoluções Coloridas, como as revoluções democráticas georgiana e ucraniana – o que, no léxico subversivo significa “organizada pela CIA”. Uma vez que o Ocidente não deu à Hungria qualquer ajuda ou alívio em 1956, foi uma acusação particularmente insensata.

Os húngaros estão indignados com estes comentários e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da Embaixadora Breuer, com o apoio de partidos da oposição, convocou o embaixador russo para uma reclamação oficial. Contudo, mesmo que Moscovo peça desculpa, o mal foi feito. Se o Estado russo pode passar de um grande sentimentalismo para uma violenta brutalidade num instante, o que valem, na realidade, as suas promessas de amizade ou qualquer outra coisa. Os húngaros estão a ser recordados à força dessa diferença enquanto o país celebra os heróis que, a partir dos túmulos, ajudaram a conquistar o mundo. Também nós deveríamos recordá-la – e não arriscar perder a paz que nós e os húngaros ajudámos a alcançar em 1989.

Senhor Presidente, dedicar-me-ei agora ao tema muito mais leve do *Brexit*. E permita-me que comece com uma citação sobre o Reino Unido e a Europa da autoria do falecido Roy Jenkins, possivelmente o político mais influente que nunca chegou a ser Primeiro Ministro no mundo do pós-guerra. Ele era também o líder político mais apaixonadamente europeísta da política britânica do pós-guerra (com a eventual excepção de Edward Heath). Foi membro da Comissão Europeia em Bruxelas. É praticamente o símbolo do europeísmo britânico. Ainda assim, Jenkins foi suficientemente realista para afirmar, em 1999, um quarto de século depois da adesão da Grã-Bretanha:

*“Há apenas duas atitudes coerentes da Grã-Bretanha em relação à Europa. Uma é participar totalmente e esforçar-se por exercer a maior influência possível e tirar o maior proveito possível [da UE] a partir de dentro. A outra é reconhecer que a história, a psicologia nacional e a cultura política britânicas podem ser de tal sorte que nunca possamos ser senão*

*um membro relutante e que se queixa constantemente, e que seria melhor – e certamente causaria menos divisão – aceitar esse facto e caminhar em direcção a uma separação ordeira e, se possível, razoavelmente amigável”.*

De Gaulle chegou sensivelmente à mesma conclusão, acrescentando o facto de que ele acreditava que o futuro da Grã-Bretanha residia no mar aberto e nas suas alianças tradicionais e nos vastos mercados.

Mesmo antes do *Brexit*, era cada vez mais claro que De Gaulle tinha razão e que a segunda opção era a correcta. De facto, pode estar correcta ao ponto de constituir uma fatalidade, e não uma opção. “A Europa” tem sido o apêndice resmungão da política britânica. O ser membro da União Europeia nunca deixou de constituir uma questão fundamental no Reino Unido, como na maioria dos restantes países europeus.

Vi as sondagens de 1977 – dois anos depois do nosso referendo anterior – e descobri que o nível de apoio ao abandono da UE permanecia mais ou menos constante em 40% da população. Oscilava, certamente, caindo, por vezes, para os 30% ou subindo acima de 50% – mas nunca desaparecia ou descia para níveis irrisórios. E isso foi verdade durante um longo período em que os dois maiores partidos e todas as grandes instituições sociais eram entusiasticamente a favor da UE a ponto de negarem plataformas aos que defendiam a saída [do Reino Unido]. A história do referendo é muito simples: as regras democráticas implicavam que a campanha a favor da saída tivesse uma plataforma na BBC e noutros meios de comunicação – e foi-lhes dada, e o público em geral descobriu, não apenas que eles não eram excêntricos, malucos e loucos, mas que eram pessoas bastante sensatas com opiniões razoáveis. De facto, ganharam o debate contra uma poderosa retórica do medo (“Project Fear”) apoiado pelas figuras mais importantes tanto internacionalmente como internamente.

Porquê? Os britânicos claramente consideram as instituições da União Europeia, do Direito Romano aos níveis de regulação do império Habsburgo, desconfortáveis, restritas, contrárias aos seus instintos liberais e hostis ao tipo de democracia genuinamente participativa que desenvolveram e em que se sentem confortáveis. Por isso, resistem, não apenas a leis específicas que emanam da Europa, mas mais ainda ao conceito subjacente de identidade europeia ou de patriotismo. A busca do Reino Unido por

uma identidade europeia é um exemplo notório de política contra-cultural.

Resumidamente – tudo o resto permanecendo constante – os britânicos prefeririam continuar a ser uma democracia independente e autónoma fora de um Estado federal europeu do que ser um membro activo e influente dentro de [tal Estado]. É um sentimento enraizado; nunca desaparece; e é necessário um argumento contrário forte para persuadir as pessoas a aceitarem que [o Reino Unido] seja membro da União Europeia.

Isso explica por que razão o principal argumento apresentado a favor da permanência da Grã-Bretanha na União Europeia pelos seus defensores foi o derrotismo – um pessimismo profundo sobre o futuro da Grã-Bretanha enquanto país e de uma economia entregue a si própria no meio do mundo.

Este derrotismo é, em si mesmo, um tema muito interessante. É um derrotismo totalmente injustificado pelas realidades objectivas da posição do Reino Unido como uma potência de nível intermédio excepcionalmente influente do ponto de vista diplomático, cultural e económico. O Reino Unido é a quinta maior economia do mundo, a segunda potência militar na NATO, um membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, o principal membro da Commonwealth, uma superpotência cultural global e muito mais. Pode ter mais ou menos sucesso fora da UE, mas faça o que fizer, estamos a falar de níveis relativos de progresso, não de decadência absoluta. Dito isto, um derrotismo enraizado penetrou profundamente no espírito da Grã-Bretanha pós-imperialista – e especialmente no dos poderes instalados britânicos. E ajuda a explicar alguns fenómenos óbvios como a razão pela qual o Partido Conservador pensaria que a retórica do medo (“Project Fear”) seria atractiva para o seu eleitorado naturalmente patriótico; e alguns mistérios como o sentimento de alienação generalizado de jovens muçulmanos relativamente à identidade britânica – porquê assimilar-se a uma nulidade, a uma nação meia envergonhada de si mesma? E como constatou, com perspicácia, Michael Portillo, este derrotismo foi bastante intencionalmente encorajado pelos poderes políticos instalados e pela comunicação social antes e durante a campanha do referendo. E está a ser recuperado e novamente promovido pelos chamados “Remoaners” [os que lamentam o resultado], como Tony Blair, que querem um segundo referendo antecipado.

Assim, a minha primeira conclusão é que o *Brexit* foi uma rejeição deste derrotismo. Constituiu uma afirmação do orgulho e

identidade britânicos (mais precisamente, ingleses) e uma recusa em deixar-se intimidar pelos poderes instalados do mundo para renunciar à sua independência.

Mas será que foi, também, uma escolha positiva? Qual foi o principal motivo dos que votaram para sair? Como em todas as grandes eleições, os milhões de eleitores tiveram muitos motivos. Mas as sondagens não deixam dúvidas de que o motivo que teve mais peso foi o desejo de manter (ou recuperar totalmente) a soberania democrática do país. Os britânicos quiseram voltar a ser uma democracia autónoma. Isto quer dizer que eles rejeitaram um argumento habitual, repetido até à exaustão pelos defensores da permanência, de que o Reino Unido não tinha perdido a soberania, mas que agora gozava daquilo a que se chama uma “soberania partilhada” ou “soberania conjunta” com os seus parceiros europeus. Seria maçador repetir aqui detalhadamente o argumento contra isso, mas permitam-me que o resuma numa metáfora: um homem solteiro é um poder soberano; um homem casado goza dos benefícios da soberania partilhada. A imigração foi importante em si mesma para os eleitores favoráveis à saída, mas foi ainda mais importante enquanto sinal de que a soberania tinha sido perdida, e que perder a soberania significava perder o poder sobre todos os outros assuntos. Os portugueses que lamentam o impacto do Euro na sua economia e política saberão como isso é verdade.

A minha segunda conclusão é que os que votaram a favor do *Brexit* queriam recuperar a autonomia da sua democracia por motivos bons e práticos – escolher uma política em detrimento de outra, responsabilizar os seus governantes – e não por uma nostalgia neo-imperialista ou qualquer outro dos mitos propagados pelos defensores da permanência [na União Europeia].



**Não esqueçamos que o Reino Unido e Portugal têm uma aliança que se estende por mais de seiscentos anos**

De seguida, é muito importante que os nossos amigos na Europa percebam que o *Brexit* é uma causa britânica local – e não uma causa revolucionária europeia. Os defensores do *Brexit* que pensam que a Grã-Bretanha está ou deveria estar à frente de uma rebelião contra Bruxelas estão a exagerar. Votámos para sair – isso implica que deixemos de lado qualquer pretensão de influenciar o modo como outros países na Europa podem desejar alterar as suas relações com Bruxelas. Eles devem arranjar solução para a sua própria salvação dentro ou fora da UE. Não tem nada a ver connosco – a não ser que nos solicitem uma opinião.

Por fim, tal não significa que a Grã-Bretanha tenha escolhido uma política de esplêndido isolamento. Permaneceremos comprometidos com a Europa em muitos aspectos, independentemente do resultado final das nossas negociações acerca do Artigo 50. Acima de tudo, somos e continuaremos a ser um membro muito importante da principal organização de defesa da Europa, nomeadamente a NATO. Seremos os vossos bons vizinhos. E estou absolutamente convencido de que, à medida que forem surgindo problemas comuns, inventaremos novas instituições de cooperação ou redescobriremos antigos tratados para os resolver.

Não esqueçamos que o Reino Unido e Portugal têm uma aliança que se estende por mais de seiscentos anos. Uma [aliança que] ajudou a preservar a independência dos dois países desde os primeiros tempos até ao passado recente. Quando a Grã-Bretanha ficou sozinha depois da queda de França em 1940, Churchill enviou uma mensagem ao Dr. Salazar a pedir-lhe que interpretasse o tratado de forma criativa – não para entrar na guerra (o que poderia facilmente ter provocado uma invasão alemã da Península Ibérica), mas para declarar neutralidade e para pedir ao General Franco que declarasse também a Espanha neutra. Salazar fê-lo devidamente, Franco seguiu o seu conselho, a Península Ibérica permaneceu fora da guerra, e os Aliados foram muito ajudados por esse facto, quer na Batalha do Atlântico, quer na campanha do Norte de África.

Se o Reino Unido e os nossos parceiros interpretarem o Artigo 50 com o espírito de apoio mútuo e engenhoso com que Churchill e Salazar interpretaram o Tratado de Windsor em tempos muito mais perigosos, não correrá muito mal e pode mesmo correr consideravelmente bem. ■